



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

[Kamila Pagel de Oliveira](#)
[Gabriel Maggi Vieira](#)
[Luana de Castro Lopes](#)
[Mariana Marcatto do Carmo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009031

CAPÍTULO 2 26

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

[Izabelle Maria Santos Cária](#)
[Marconi Martins de Laia](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009032

CAPÍTULO 3 39

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

[Sidiane dos Santos Alvaristo](#)
[Tiago Luiz Pereira](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009033

CAPÍTULO 4 46

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

[Luciene de Souza Borges](#)
[Ricardo Neves Borges](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009034

CAPÍTULO 5 59

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

[Ingrid Gomes Bassi](#)
[Mateus Paixão Cardoso](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009035

CAPÍTULO 6 63

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

[Joelmara Furtado dos Santos Pereira](#)
[Evandro Costa Pereira](#)
[Janaína Arruda Aragão](#)
[Samara Letícia Mendonça Pereira](#)
[Franco Celso da Silva Gomes](#)
[Luzinete Pontes Brandão](#)
[Loysianne Nascimento Araújo Lopes](#)
[Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes](#)
[Rafaela Duailibe Soares](#)

Francisca Bruna Arruda Aragão
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

CAPÍTULO 7 72

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

CAPÍTULO 8 86

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

CAPÍTULO 9 100

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

CAPÍTULO 10 113

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

CAPÍTULO 11 123

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano
Nelson José Thesing
Patrícia Luiza Schuh
Dieter Siedenberg
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

CAPÍTULO 12 138

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

CAPÍTULO 13 147

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida
Fabiana Aldaci Lanke
Milton Leonardo Jardim de Souza
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

CAPÍTULO 14	160
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
Vanuza Pires da Costa Leila Rufino Barcelos Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso Dhenize Maria Franco Dias Danilo Bezerra de Castro Bruno Vinícius Nascimento Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.38620090314	
CAPÍTULO 15	172
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
Maíra Bogo Bruno Candida Dettenborn Rômulo de Moraes e Oliveira Raphael Lemes Elias Alessandro de Paula Canedo Aloisio Alencar Bolwerk	
DOI 10.22533/at.ed.38620090315	
CAPÍTULO 16	181
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
Gustavo Andrés Cano Cadavid	
DOI 10.22533/at.ed.38620090316	
CAPÍTULO 17	194
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Tarcísio Germano de Lemos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.38620090317	
CAPÍTULO 18	215
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
Juliana Campos Lopes Jacques Demajorovic	
DOI 10.22533/at.ed.38620090318	
CAPÍTULO 19	228
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
Fernando Arcila Castellanos	
DOI 10.22533/at.ed.38620090319	
CAPÍTULO 20	239
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

CAPÍTULO 21 260

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

CAPÍTULO 22 271

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

CAPÍTULO 23 293

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 24 302

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

CAPÍTULO 25 316

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

CAPÍTULO 26 322

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

CAPÍTULO 27 328

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

CAPÍTULO 28 346

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

CAPÍTULO 29 359

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

SOBRE A ORGANIZADORA..... 369

ÍNDICE REMISSIVO 370

ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E CARGA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS BRASILEIROS - ENTRE 2010 E 2018

Data de aceite: 20/02/2020

Mácio Augusto de Albuquerque

Departamento de Estatística, Universidade
Estadual da Paraíba, 58429-500, Capina Grande-
Paraíba, Brasil
marcioaa@uepb.edu.br

Ramylla de Almeida Batista

departamento de Contabilidade/ Universidade
Estadual da Paraíba, 58429-500, Capina Grande-
Paraíba, Brasil

RESUMO: Há muito no Brasil, se fala que a carga tributária é alta. Entretanto, tal afirmação nos leva a questionar se o resultado produzido pelas ações públicas promovidas obrigatoriamente pelo Estado oferecidas à população e financiados com os recursos oriundos, principalmente da arrecadação tributária estão à altura do volume desta arrecadação. As ações públicas de responsabilidade do Estado brasileiro e que serão abordados nesta pesquisa são, prioritariamente àquelas que determinam a ordem social considerando os fatores de longevidade, educação e renda da população, que são baseadas na seguridade social, saúde e previdência e assistência social; educação, cultura e desporto. Este trabalho tem como objetivo mostrar como pode ser feita a análise

da relação entre a Carga Tributária e o Índice do Desenvolvimento Humano - IDH como forma de identificar as similaridades entre os diversos fatores econômicos públicos (estados e municípios), oferecendo um contraponto ao critério muito utilizado de análise do volume da carga tributária que se baseia em comparar seu volume com o PIB - Produto Interno Bruto, como consta no próprio Relatório do “Resultado do Tesouro Nacional” divulgado pelo Ministério da Fazenda. Este critério considera apenas a dimensão econômica da carga tributária, desprezando a correlação entre a performance das ações públicas de responsabilidade do Estado colocadas à disposição da população e refletidas no seu desenvolvimento, com as contribuições tributárias desta mesma população.

PALAVRAS-CHAVE: Carga tributária. Políticas Sociais Efetivas. Desenvolvimento humano. IDH

CLUSTER ANALYSIS OBTAINED WITH THE RELATIONSHIP BETWEEN HUMAN DEVELOPMENT INDEX AND TAX BURDEN OF BRAZILIAN STATES - BETWEEN 2010 AND 2018

ABSTRACT: There is much in Brazil, it is said that the tax burden is high. However, such statement leads us to question whether the result produced by the public actions obligatorily promoted by the State offered to the population and financed with the resources derived, mainly from the tax collection, are up to the volume of this collection. The public actions that are the responsibility of the Brazilian State and which will be addressed in this research are primarily those that determine the social order considering the factors of longevity, education and income of the population, which are based on social security, health and social security and welfare; education, culture and sport. This paper aims to show how the relationship between the Tax Burden and the Human Development Index - HDI can be analyzed as a way to identify the similarities between the various public economic factors (states and municipalities), offering a counterpoint to the very criterion. used to analyze the volume of the tax burden, which is based on comparing its volume with GDP - Gross Domestic Product, as stated in the Report of the “National Treasury Result” released by the Ministry of Finance. This criterion considers only the economic dimension of the tax burden, disregarding the correlation between the performance of public actions of State responsibility made available to the population and reflected in their development, with the tax contributions of this same population.

KEYWORDS: Tax burden. Effective Social Policies. Human development. HDI

1 | INTRODUÇÃO

A análise multivariada, de uma maneira geral, refere-se a todos os métodos estatísticos que, de forma simultânea, analisam múltiplas variáveis em relação aos objetos em investigação. Dentre esses métodos, destaca-se a análise de cluster ou agrupamento, que se aplica em diversas áreas. As técnicas de análise de cluster têm a função de organizar, em grupos disjuntos, os objetos em estudo, de forma que os mesmos apresentem semelhanças entre si – dentro de cada grupo.

Há muito no Brasil os contribuintes dos impostos e contribuições, sejam pessoas ou empresas, individualmente ou representados através de entidades de classe, reclamam da elevada carga tributária. Estas sucessivas reclamações levam a questionar qual o resultado efetivo da aplicação dessa arrecadação tributária e se a mesma tem se refletido em benefício real para a população, caracterizado, principalmente pelas condições necessárias para o seu desenvolvimento, como, por exemplo: saúde, previdência e assistência social; educação, cultura e esporte; e geração de renda, por meio de políticas de distribuição.

Destaca-se que a principal fonte de financiamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da população e definidas na Carta Magna de 1988, em seus trabalhos 193 ao 219 é a arrecadação tributária. Nessa direção, o desafio para os gestores públicos é o de implementar políticas que sejam capazes de aumentar o nível do bem-estar social de sua população com esses recursos captados.

No Brasil, a cobrança de tributos está definida na Constituição Federal de 1988¹ (BRASIL, 2009) em seus trabalhos 145 ao 162 e regulamentados pelo Código Tributário Nacional (CTN) - Lei Complementar nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e diversos decretos, leis e normas legais. Os Tributos, segundo o trabalho 5º do CTN (1966) são os impostos, taxas e contribuições de melhoria. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, por exemplo, Imposto de Renda. Taxas são exigências financeiras a pessoa física ou jurídica para usar certos serviços fundamentais, por exemplo, Taxa de Incêndio. Por sua vez, Contribuição de Melhoria é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que representa um benefício especial auferido pelo contribuinte, por exemplo, em decorrência de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

Os impostos cobrados no Brasil, atualmente, podem ser de competência da União (importação de produtos; exportação; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários; propriedade territorial rural; e grandes fortunas), de competência dos Estados e do Distrito Federal (transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações se iniciem no exterior; e propriedade de veículos automotores) e de competência dos Municípios e do Distrito Federal (propriedade predial e territorial urbana; transmissão “inter vivos” a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e serviços de qualquer natureza²).

Além dos tributos, são cobrados ainda exclusivamente pela União, as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social. O trabalho 194 da Constituição Federal compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. O trabalho 195 do mesmo dispositivo determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da Lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios.

Segundo pesquisa da Receita Federal do Brasil, a carga tributária de um país representa a massa de contribuição de sua população com tributos. O resultado apurado como observado na Figura 1 constitui um indicador do esforço da sociedade para o financiamento das atividades do Estado. Um método muito utilizado para a leitura do volume de arrecadação tributária, baseia-se na sua comparação com o PIB – Produto Interno Bruto. Esta comparação considera apenas a dimensão econômica ou quantitativa da carga tributária.

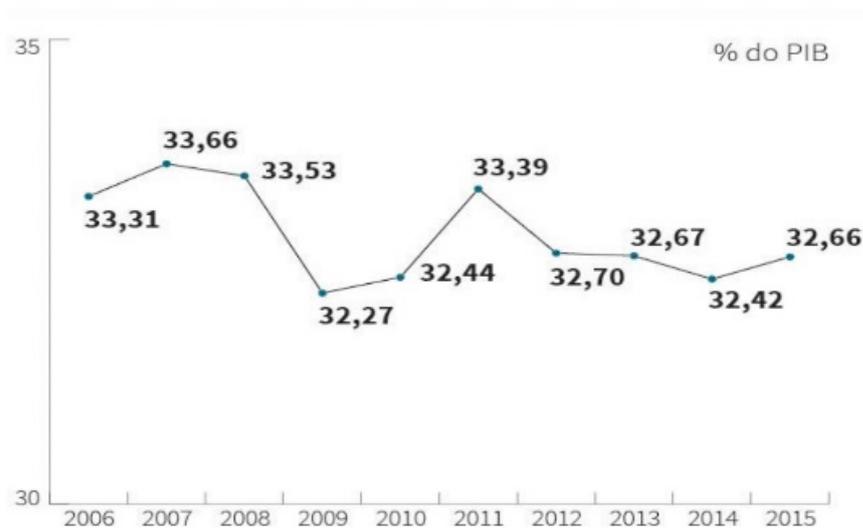


Figura 1 – Carga Tributária do Brasil no período de 2006 a 2015

Fonte: Receita Federal

No Brasil, o total da carga tributária apurada no ano de 2015 foi de 32,66% em relação ao PIB. Ela permite ao governo desenvolver ações e realizar despesas, o que corresponde a uma variável do cálculo do PIB.

1.1 Carga tributaria no Brasil

A cobrança de impostos é, na prática, uma coleta de dinheiro feita pelo governo para pagar suas contas. A carga tributária é a relação entre os tributos cobrados e o Produto Interno Bruto, soma de tudo que um país produz.

E no caso brasileiro, um dos fatores para o aumento da carga foi a diminuição do PIB em um ano de crise. A retração na economia brasileira em 2015 foi de 3,8%, o que fez os impostos representarem uma parcela maior do total.

Em valores reais, não houve aumento na arrecadação dos municípios, Estados e União. Descontada a inflação do período, houve uma diminuição na arrecadação em 2015. Mas como a comparação é com o PIB, que caiu, deu-se o aumento da carga.

Observando-se na Tabela 1, que em 2016, a Carga Tributária Bruta (CTB)

atingiu 32,38%, contra 32,11% em 2015, indicando variação positiva de 0,27 pontos percentuais. Essa variação resultou da combinação dos decréscimos em termos reais de 3,5% do Produto Interno Bruto e de 2,8% da arrecadação tributária nos três níveis de governo.

COMPONENTES	2015	2016
PIB	5.995,79	6.259,23
ARREACADAÇÃO	1.925,45	2.027,01
CARGA TRIBUTARIA	32,11%	32,38%

Tabela 1: Carga tributária bruta – 2015 e 2016

Fonte: RFB e IBGE

O PIB no ano de 2016 apresentou baixa de 3,5% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 6,26 trilhões (valores correntes), apresentando queda pelo segundo ano consecutivo. Variação real da arrecadação calculada com base no deflator implícito do PIB que, em 2016, foi de 8,29%.

Essa redução foi resultado do atraso de 3,0% do valor adicionado a preços básicos e do ajuste de 6,3% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O resultado do valor acrescentado é reflexo do desempenho das atividades: Agropecuária (-4,3%), Indústria (-4,0%) e Serviços (-2,6%).

Com relação à arrecadação, observa-se que, a maior parte do aumento da carga de 2016 em relação à de 2015, de 0,27% do PIB, decorre do IRPJ, da CSLL e do IRRF municípios. Os tributos incidentes sobre bens e serviços (ICMS, ISS, IPI, II, PIS e Cofins) acompanharam o desempenho da economia, apresentando decréscimo em pontos percentuais do PIB.

1.2 Série histórica da carga tributaria no Brasil

Em 2015 e 2016, a carga tributária apresentou aumento pelo segundo ano consecutivo, atingindo o patamar de 32,11% e de 32,38% (esse crescimento se deu porque) do PIB, ainda menos dos 33,66% observado em 2007, antes da crise econômica de 2008.

Conforme a Figura 2, apresenta a evolução da Carga Tributária brasileira em percentual do PIB para o período de 2002 a 2016.

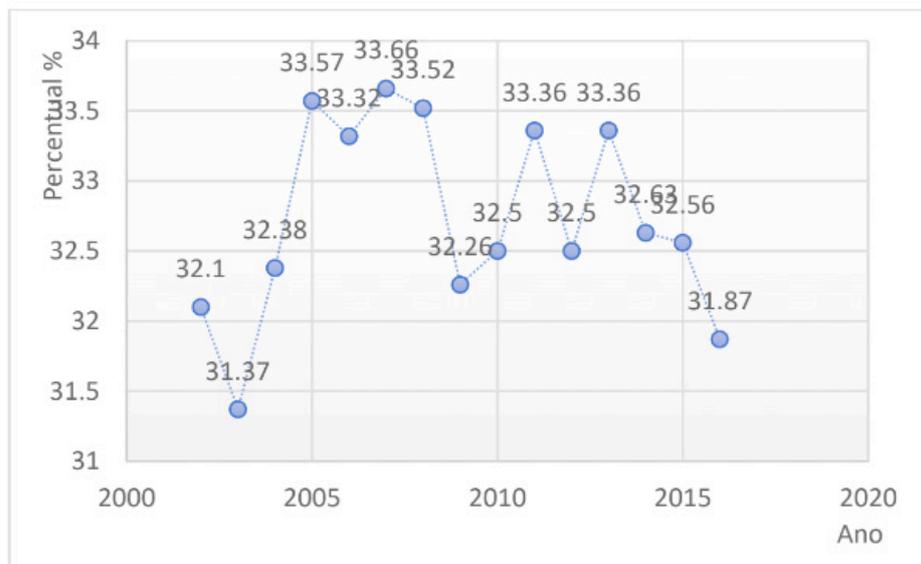


Figura 2 – Carga Tributária do Brasil no período de 2002 a 2016

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

Observa-se na Figura 2 que no Brasil, o total da carga tributária apurada no ano de 2016 foi de 31,87% em relação ao PIB. Ela permite ao governo desenvolver ações e realizar despesas, o que corresponde a uma variável do cálculo do PIB.

1.3 IDH e desenvolvimento social

O IDH é a sigla dada para o termo “Índice de Desenvolvimento Humano”, uma medida concebida pela ONU para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma determinada parcela da população. Anualmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD⁵) elabora o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) com base nos critérios de saúde, educação e renda. Os critérios são avaliados da seguinte forma:

- Saúde: expectativa de vida ao nascer.
- Educação: média de anos de estudo e anos de escolaridade esperados.
- Renda: medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) com base na Paridade de Poder de Compra (PCC) por habitante.

O IDH varia entre 1 e 0, onde a aproximação de 1 é o país mais desenvolvido e a aproximação do 0 é o país menos desenvolvido.

1.3.1 O IDH no Brasil

Em 2014, o Brasil ocupou a 75ª posição no ranking com um IDH de 0,755, nove posições acima em comparação com o ano de 2010. Com uma população de aproximadamente 209 milhões de habitantes a média da pobreza é de 9,96%.

Observando –se na Tabela 2, baseado no IDH nacional, o ranking dos estados

brasileiros levando em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é:

ESTADOS	IDH	ESTADOS	IDH
DF	0,824	RO	0,69
MS	0,729	RR	0,707
MT	0,725	TO	0,699
GO	0,735	AC	0,663
PB	0,658	AP	0,708
AL	0,631	PA	0,646
MA	0,639	RJ	0,761
PI	0,646	SP	0,783
CE	0,682	ES	0,74
BA	0,66	MG	0,731
SE	0,665	PR	0,749
RN	0,684	RS	0,746
PE	0,673	SC	0,774
AM	0,674		
MÉDIA	0,705		
DESVIO PADRÃO	0,049		

Tabela 2: Ranking do IDH dos estados brasileiros

Fonte: os autores.

Observando na Figura 3 os IDHM dos anos de 1991, 2000 e 2010.

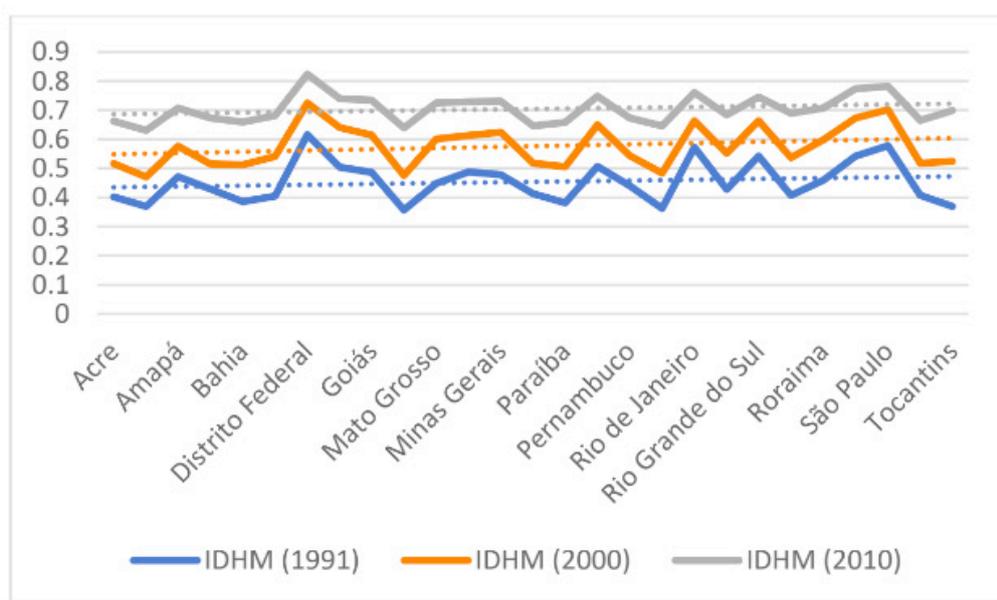


Figura 3 – IDHs oficiais divulgados pelo UNDP (s.d.) e pelo Atlas Brasil PNUD (s.d.) e os IDHs calculados através da média aritmética para o Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Fonte: UNDP

1.3.2 *Desenvolvimento social*

O conceito de Desenvolvimento Social se refere ao capital humano e ao capital social que consiste na evolução dos componentes da sociedade e na maneira como estes se relacionam. Todo Desenvolvimento é Desenvolvimento Social e não há desenvolvimento sem que se altere tanto o capital social quanto o humano.

O desenvolvimento social se relaciona ao desenvolvimento econômico de tal forma que a medida em que há uma melhora na situação de vida a população pode ter acesso a melhores serviços e bens. No entanto, o desenvolvimento social também precisa de alguns outros fatores como situações de paz, igualdade, oportunidade e outros aspectos que são difíceis de reconhecer dentro dos processos econômicos.

No aspecto econômico, o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida populacional está relacionada a maior produção de bens e serviços. Logo, tudo que se produz é tão importante ou até mais do que o consumo básico das necessidades porém é importante que isso fique evidenciado em todos os setores da população.

Um importante critério do desenvolvimento social é a qualidade institucional de uma população, garantindo que haja bens públicos que só possam ser “fornecidos” pelo Estado e esse tipo de elemento é cada vez mais valorizado para avaliar a qualidade de vida do povo.

O desenvolvimento social deveria ser tratado como um dos principais objetivos da política do país, demonstrando que a tomada de decisões políticas-econômicas é tão importante quanto o desenvolvimento de mercado.

As decisões políticas-econômicas que garantem o desenvolvimento social são baseadas na necessidade imediata da população e no redirecionamento dos recursos do Estado, recursos esses que vem em sua maioria da arrecadação da carga tributária. A figura a seguir sintetiza os impactos das políticas públicas financiadas com recursos oriundos principalmente da arrecadação tributária, fazendo seu relacionamento com o desenvolvimento humano.

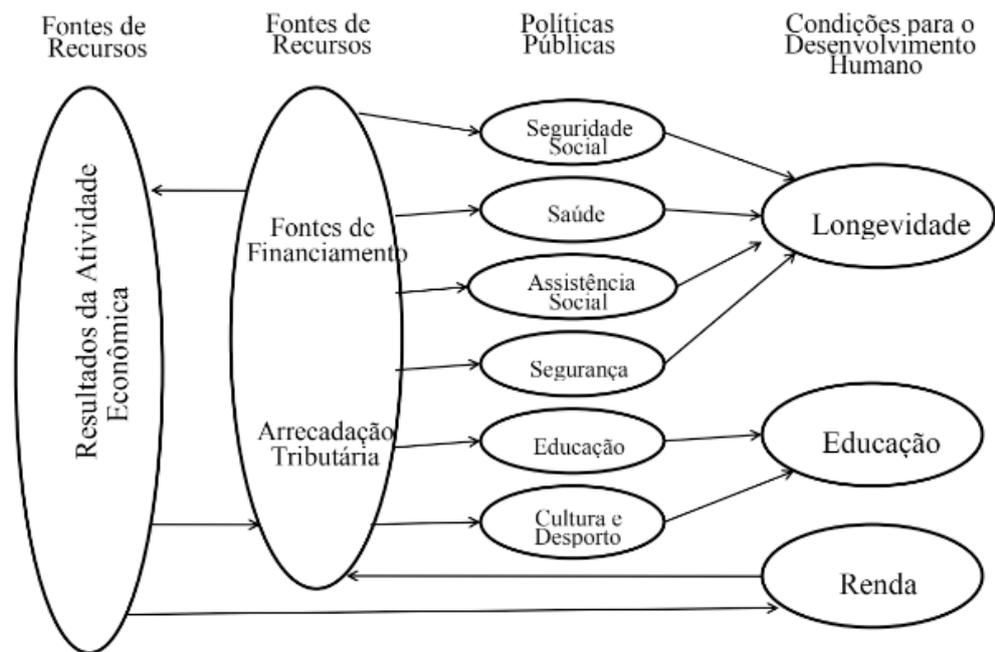


Figura 4 – Origens e fontes de recursos, políticas públicas e condições para o desenvolvimento humano.

Fonte: Os autores

As políticas públicas que norteiam as despesas do governo, inclusive aquelas voltadas para investimentos e ações que promovam a educação e a longevidade, e financiadas com recursos oriundos principalmente da arrecadação tributária, poderão influenciar diretamente no cálculo do IDH. Assim, o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano corresponderá ao reflexo da eficiência e da eficácia destes investimentos na gestão pública do sistema de ensino, cultura e desporto, do sistema de saúde, da seguridade e assistência social e do desenvolvimento da atividade econômica.

Nessa ótica, poderemos segregar as variáveis inseridas no cálculo do IDH, classificando as em causas e efeitos, obtendo os seguintes resultados:

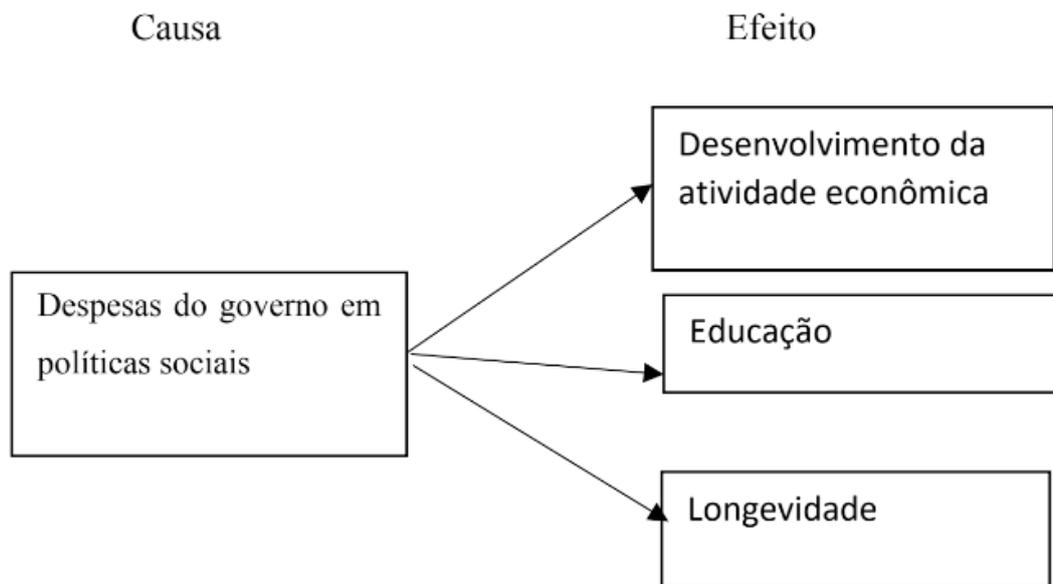


Figura 5 – Relação de causas e efeitos das despesas do governo em políticas sociais

Fonte: Os autores

2 | MÉTODO

O método proposto poderá ser utilizado como ferramenta para avaliação de dimensão qualitativa do produto da arrecadação de tributos refletida no grau de desenvolvimento humano da população, por intermédio da identificação do grupo em que uma região está localizada, permitindo a comparação de seus resultados com o de outros grupos que congregam outras regiões, bem como o seu posicionamento no grupo a que pertence.

Essa leitura de grupos, associada à análise da composição do IDH, poderá estabelecer o viés em que as políticas públicas deverão ser norteadas, com foco na melhoria das condições de vida da população, podendo servir como mais uma ferramenta do painel de bordo de gestores públicos⁴, permitindo a estes, dentre outras possibilidades:

a) Identificar regiões que se destacam pelo nível de desenvolvimento humano atingido com a maior eficiência e eficácia da arrecadação tributária;

b) Analisar as políticas públicas que estão sendo executadas nessas regiões e que influenciam o aumento do IDH da população, possibilitando o benchmark para uma possível implementação destas ações em sua própria região, desde que adaptadas à sua realidade, acelerando seu processo, por meio de experiências já vivenciadas;

c) Analisar a realidade do agrupamento em que a sua região encontra-se posicionada e de seus demais componentes.

Os dados estatísticos utilizados neste trabalho foram disponibilizados por

diversos órgãos como: STN – Secretaria do Tesouro Nacional, Receita Federal do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵, Organização das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento^{6,7}.

Este trabalho não propõe discutir a relação existente entre a carga tributária e o IDH, utilizando essa relação como ferramenta para o desenvolvimento de um método de análise qualitativa da efetividade das políticas públicas. A metodologia segue os seguintes passos:

2.1 Coleta de dados

Foi feita a coleta dos dados pertinentes a cada indivíduo da população a ser analisada. Essa população foi composta entre os estados.

Os dados a serem coletados, necessários à realização das análises são: Volume da arrecadação tributária; População demográfica; Índice de Desenvolvimento Humano.

Com estes dados, poder-se-ia construir um modelo de análise a partir do cruzamento de dados explicitado a seguir.

Estados	Arrecadação	População	Média arrecadação/habitantes	IDH
DF	9380499506	2983319	3144,32	0,824
RJ	18136334197	17188119	1055,17	0,761
SP	43425452086	45642632	951,42	0,783
ES	1702749026	3985330	427,25	0,740
AM	1156593134	4098633	282,19	0,674
PR	5360439879	11371643	471,39	0,749
RS	5709965894	11341280	503,47	0,746
SC	4706187338	7099399	662,90	0,774
MG	6371654258	21977808	302,29	0,731
MS	620280794	2756501	225,02	0,729
MT	872753537	3453097	252,75	0,725
GO	1407378642	650291	202,49	0,735
PE	237986644	9519525	214,08	0,673
RO	261216076	1763027	148,16	0,690
RR	98410434	584136	168,47	0,707
BA	2551274105	14831053	172,02	0,660
SE	373732648	2284438	163,60	0,665
RN	505287397	3487364	144,89	0,684
TO	221816100	1560645	142,13	0,699
AC	115133288	837060	137,54	0,663
CE	1646689102	9092265	181,11	0,682
AP	77517998	833798	92,97	0,708
PA	1040581829	8540288	121,84	0,646
PB	560429957	4001633	140,05	0,658
AL	364555510	3327401	109,56	0,631
MA	641350739	7047324	91,01	0,639

PI	404835670	3266510	123,94	0,646
MÉDIA	4064855770	7737945,15	393,78	0,705
D. PADRÃO	8779426686	923527,54	603,42	0,049

Tabela 3: Estados brasileiros com sua respectiva arrecadação, população, e arrecadação per capita e o IDH

Fonte: Autores

- IDH do ano de 2010 por estado brasileiro - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

- População – IBGE, Censo demográfico 20

- Arrecadação tributária do ano de 20164

2.2 Cruzamento de dados

Foi feito o cruzamento dos dados obtidos da arrecadação tributária *per capita* relacionados com o IDH. Com esse cruzamento, obtém-se uma leitura, por meio da Figura 6, mostra o grau de eficiência e eficácia da arrecadação tributária, mediante o confronto do volume dessa arrecadação com o nível mensurado de desenvolvimento da população, ou seja, com o IDH. Essa leitura poderá viabilizar a determinação de clusters, objetivando a segmentação das análises. Na figura 6, é apresentada a visualização desejada para a apresentação do resultado do cruzamento de dados.

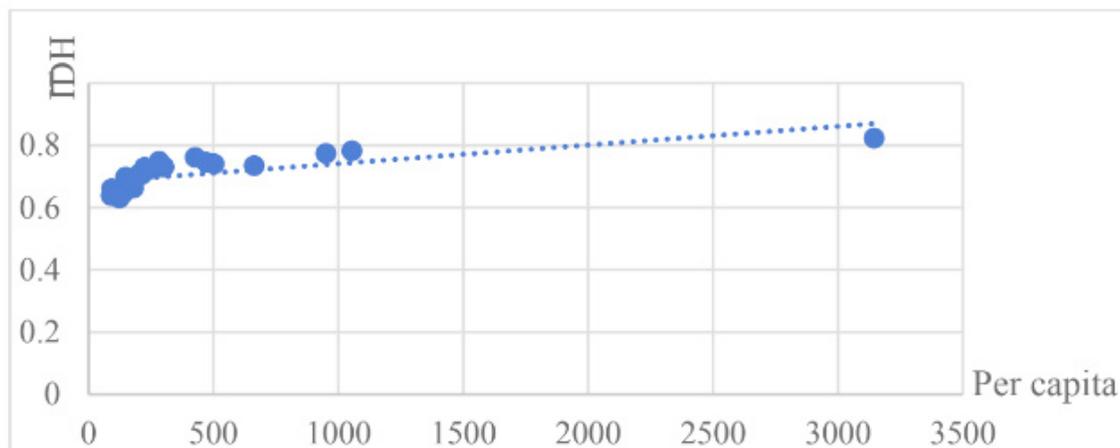


Figura 6: Relação entre o IDH e a arrecadação tributária per capita

$$\text{IDH} = 0,6809 + 0,00006 \times \text{Per capita} \quad R^2 = 0,5378$$

Essa equação nos diz que, para cada 1 ponto percentual de aumento da carga tributária, deveríamos ter um aumento de 0,00006 no IDH. Vejamos o caso do Brasil: a carga tributária é de 31,87%. Pela equação, o IDH brasileiro deveria ser de 0,683.

O real médio é de 0,699. Ou seja, o IDH do Brasil está ajustado à sua carga tributária, considerando a média mundial. Em um ranking de “IDH ajustado à carga tributária”, estaríamos em 73º lugar dentre 165 países.

2.3 Identificação dos *clusters* a serem analisados

Os clusters precisam de algo semelhante entre seus elementos, por esse motivo a escolha mais óbvia de agrupamento seria a regionalidade pois dessa forma conseguiríamos não só aproximar os elementos em relação a geografia, mas também aproximar os mesmos em relação ao desenvolvimento histórico da região e a disposição política. Porém foi decidido um agrupamento em relação a arrecadação tributária através de uma média aritmética relacionando o IDH e a arrecadação tributária per capita. Logo o real critério para a segregação em clusters foi determinante para identificação de quais grupos possuem melhor e pior desempenho na aplicação de suas políticas públicas de desenvolvimento.

Inicialmente temos 4 (quatro) clusters definidos através da média aritmética pré-definida que observa e categoriza os componentes em grupos distintos.

- **Cluster 1:** Observa-se na Tabela 3 o cluster 1 composto pelos estados do Roraima, Pernambuco, Rondônia e Tocantins.

Estados	Arrecadação	População	Média Arrec/Hab	IDH (2018)
RR	98410434,24	584136	168,47	0,707
PE	2037986644	9519525	214,08	0,673
RO	261216076,5	1763027	148,16	0,690
TO	221816100,1	1560645	142,13	0,699
Média	654857313,8	3356833,25	168,21	0,692
Desvio Padrão	924690577,3	4140576,86	32,59	0,015

Tabela 3: Cluster 1

Fonte: autores

- **Cluster 2:** temos os estados de São Paulo, Espírito Santos, Amazonas, Paraná Minas Gerais, Sergipe, Rio Grande do Norte, Acre, Amapá, Pará, Paraíba, Alagoas, Maranhão e Piauí.

Estados	Arrecadação	População	Média Arrec/Hab	IDH (2018)
SP	43425452086	45642632	951,42	0,783
ES	170274906	3985330	427,25	0,74
AM	1156583134	4098633	282,19	0,674
PR	5360439878	11371643	471,39	0,749
MG	6371654258	21077808	302,29	0,731
SE	373732648	224438	163,60	0,665
RN	505287397	3487364	144,89	0,684
AC	1151332288	837060	137,54	0,663
AP	77517998	833798	92,97	0,708
PA	1040581829	8540288	121,84	0,646
PB	560429957	4001633	140,05	0,658
AL	364555510	3327401	109,56	0,631

MA	641350739	7047324	91,01	0.639
PI	404835670	3266510	123,94	0,646
Média	4435736673	8557275	254,28	0,687
Desvio Padrão	11389596733	11908221	235,53	0,047

Tabela 4: Cluster 2

Fonte: autores

- **Cluster 3:** composto pelos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Ceará.

Estados	Arrecadação	População	Média Arrec/Hab	IDH (2018)
RJ	18136334197	17188119	1055,17	0,761
BA	2551274105	14831053	172,02	0,66
CE	1646689102	9092265	181,11	0,682
Média	7444765801	13703812	468,43	0,701
Desvio Padrão	9270210061	4163978	507,28	0,053

Tabela 5: Cluster 3

Fonte: autores

- **Cluster 4:** nesse grupo temos os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal.

Estados	Arrecadação	População	Média Arrec/Hab	IDH (2018)
DF	938099506	2983319	3144,32	0,824
RS	5709965894	11341280	503,47	0,746
MS	620280794	2756501	225,02	0,729
MT	872753537	3453097	252,75	0,725
GO	1407378642	6950291	202,49	0,735
Média	359817675	5496897	865,61	0,752
D. Padrão	3434830482	3294666	1144,49	0,037

Tabela 5: Cluster 4

Fonte: autores

- **Cluster 5:** formado apenas pelo estado de Santa Catarina.

Estados	Arrecadação	População	Média Arrec/Hab	IDH (2018)
SC	470187338	7099399	662,90	0,774

Tabela 7: Cluster 5

Fonte: autores

Os clusters classificados como observado na Tabela 8, a partir do cruzamento de dados da arrecadação tributária, considerando a quantidade de habitantes (*per*

capita) com o IDH, estão compostos pelos seguintes estados brasileiros:

CLUSTER 1	CLUSTER 2	CLUSTER 3	CLUSTER 4	CLUSTER 5
PE	SP	RJ	DF	SC
RO	ES	BA	RS	
RR	AM	CE	MS	
TO	PR		MT	
	MG		GO	
	SE			
	RN			
	AC			
	AP			
	PA			
	PB			
	AL			
	MA			
	PI			

Tabela 8: Arrecadação tributária per capita x IDH. Divisão dos clusters, logo os clusters ficaram divididos assim:

Fonte: autores

3 | RESULTADOS

3.1 Número de agrupamentos a serem analisados: 5 clusters

Por meio das análises obtidas nos cruzamentos de dados, serão destacados os grupos que se encontram em situação equivalente. Os grupos serão identificados por meio do cálculo da média aritmética do IDH e da arrecadação tributária per capita. Foi utilizado a distância de Mahalanobis e a técnica de agrupamento da média das distâncias adotado para a definição dos números de grupos permite identificar os grupos, revelando, graficamente, os entes que aplicam, com maior ou menor eficiência e eficácia, o produto da arrecadação tributária⁸.

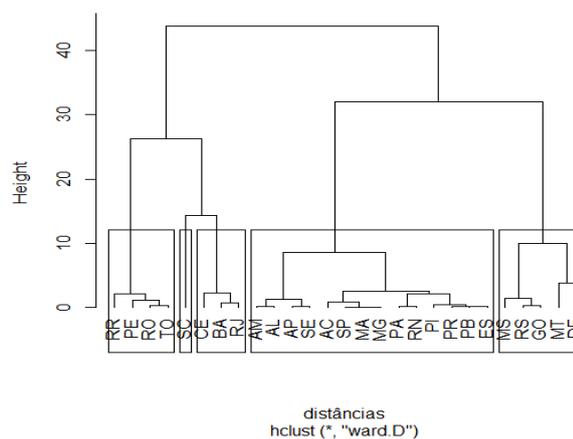


Figura 7: Identificação os números de grupos ou agrupamentos a serem analisados por meio da distância de Mahalanobis e o método de Ward

Observando se a Figura 8, que mostra o mapa do Brasil (regiões) com suas regiões e cada região com seus respectivos estados, e o mapa do Brasil (estados) identificando os clusters a serem analisados, obtidos a partir do cruzamento de dados da arrecadação tributária *per capita* com o IDH.

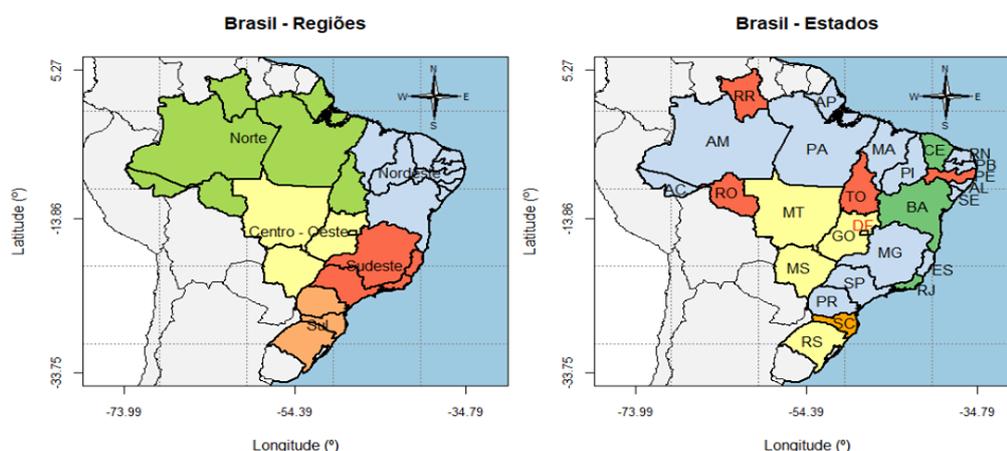


Figura 8 – Mapa das regiões brasileiras e o mapa dos clusters (Arrecadação tributária per capita x IDH) com os seguintes estados

Fonte: Os autores

Por meio do cruzamento da arrecadação e o IDH, o Brasil teria novas regiões. Essas regiões, melhor aproximam cada elemento de seu grupo de acordo com sua real situação em relação ao desenvolvimento de políticas adequadas afim de promover a igualdade populacional na questão econômica, apesar de distanciar de suas reais regiões pré-determinadas geograficamente⁹. Os grupos têm em comum aproximação da média aritmética baseada na arrecadação per capita e no Índice de Desenvolvimento Humano.

Inicialmente, é preciso apresentar os gráficos dos comparativos entre os estados brasileiros em relação a:



Figura 9: População por estado brasileiro

Ao compararmos os índices populacionais dos estados brasileiros com as novas regiões formadas pelo comparativo anterior, podemos observar que a maior parte da população brasileira se encontra no cluster 02, que apesar de trazer a maior quantidade de estados também traz estados com grande aglomeração populacional como o estado de São Paulo. E além disso no que diz respeito a extensão territorial, o cluster 02, também possui destaque com a maior extensão em relação aos outros grupos, graças ao estado do Amazonas, que apesar do baixo índice populacional, possui a maior extensão territorial do país.

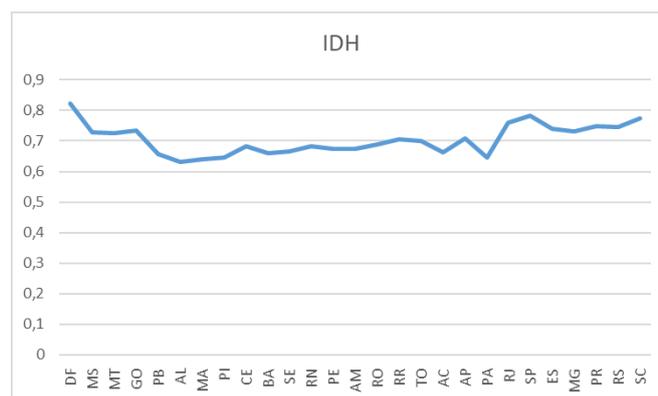


Figura 10: IDH dos estados brasileiros

Em relação ao IDH, podemos observar que os estados com maiores índices de desenvolvimento humano ficaram em sua maioria, no cluster 04, que é o que melhor apresenta políticas públicas eficazes em relação a baixa arrecadação tributária por habitante. Pode-se observar também que os piores índices ficaram representados o cluster 02, os estados dispostos nesse grupo além de possuírem baixos IDH's, apresentam as piores arrecadações tributárias e os piores índices de distribuição

de renda.

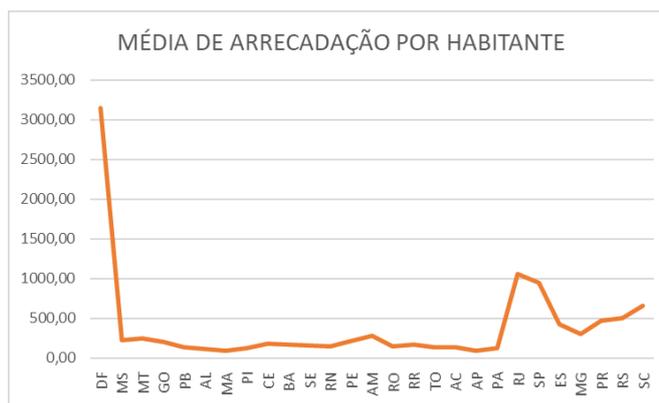


Figura 11: Média de arrecadação tributária por habitante de cada estado brasileiro

Em sequência, analisamos as condições de determinação dos clusters e seu enquadramento, e a partir desse ponto encontramos as seguintes análises:

- **Cluster 1:** representado pelos estados do Pernambuco, Roraima, Rondônia e Tocantins. Possui o segundo pior índice de desenvolvimento humano devido a sua arrecadação média tributária de R\$168,21 por habitante. Além de possuir um péssimo IDH ao ser comparado com os demais, o cluster 2 traz em seu grupo o 6º estado mais violento do Brasil, Pernambuco. Contudo, não podemos atribuir o péssimo desenvolvimento socioeconômico do grupo apenas a baixa arrecadação e ao índice de violência de um de seus membros, mas devemos atribuir também a sua baixa taxa de empregabilidade e ao mal desenvolvimento de políticas públicas efetivas na região.
- **Cluster 2:** esse cluster possui o pior IDH brasileiro. Composto pelos estados de São Paulo, Espírito Santos, Amazonas, Paraná, Minas Gerais, Sergipe, Rio Grande do Norte, Acre, Amapá, Pará, Paraíba, Alagoas, Maranhão e Piauí, com uma arrecadação média de R\$254,28 por habitante, o grupo tem entre seus elementos, os Estados com o pior Índice de Desenvolvimento Humano que são os Estados de Alagoas e Maranhão, os mesmos apesar de sua fragilidade condizem com sua realidade econômica, pois são esses os estados brasileiros com o pior desenvolvimento econômico na nossa realidade atual.

Além as questões relacionadas ao IDH Renda do cluster, temos também os fatores geográficos que fazem com que parte da região representada pelos estados, tenha extrema dificuldade para o desenvolvimento da agricultura, e mesmo com todos os aparatos sociais desenvolvidos ao longo dos últimos anos ainda possui os maiores índices de mortalidade infantil e os mais baixos índices de expectativa de vida.

Uma região politicamente negligenciada, tem políticas públicas de desenvolvimento pouco estruturadas. Mostrando a necessidade genuína do desenvolvimento de políticas públicas para auxiliar no aumento da renda da população, e incentivos para criação de novos empreendimentos nessa região,

gerando mais empregabilidade e renda para a população local. Esse grupo possui também uma média populacional bastante desigual em relação aos outros clusters que se dá devido à grande dimensão territorial do estado do Amazonas, que possui a maior parte da população situada na capital Manaus. Esta concentração da população em Manaus, é facilmente explicada pela criação da Zona franca de Manaus em 1967, pelo decreto-lei nº288, que teve o objetivo de estimular a industrialização da cidade e suas áreas imediatas, ampliando seu mercado de trabalho e estimular o desenvolvimento econômico e a geração de renda na região. Porém ainda assim, seu IDH é baixo devido a renda baixa da população, demonstrando assim que as políticas públicas desenvolvidas no estado deveriam ser mais focadas na tentativa de aumentar a renda da população para que no futuro isso possa refletir no aumento do IDH. O Amazonas é um exemplo claro de que não existe desenvolvimento social sem o desenvolvimento econômico, mas também que desenvolvimento econômico não é tudo.

- **Cluster 3:** nesse cluster temos os estados do Rio de Janeiro, Bahia e Ceará que juntos apresentam um índice de desenvolvimento humano de aproximadamente 0,687. Salvo pela alta arrecadação tributária do estado do Rio de Janeiro (aproximadamente R\$1.055), o cluster apresenta uma arrecadação média de R\$469,43. Considerado um cluster intermediário, as políticas necessárias para o desenvolvimento da região precisam ser focadas na segurança e redistribuição de renda para que assim se alcance uma real melhoria nos indicadores. Hoje o estado do Ceará, apesar de ter sido governado por um governo populista nos últimos anos, ainda necessita de foco na questão da segurança pois o mesmo é considerado o 5º estado mais violento do Brasil, perdendo até para grandes metrópoles como o capital carioca.
- **Cluster 4:** esse cluster é formado pelo Distrito Federal e os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. O grupo possui em média um IDH de 0,752, o segundo melhor IDH observado entre os clusters, mas isso é fácil justificado pela sua arrecadação média de R\$885,61 por habitante, a maior dentre os demais.

Os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem forte produção agrícola, o que pode contribuir para um IDH Renda não tão alto, mas na educação eles se comparam aos estados com grande carga tributária, e a longevidade também é favorecida pela diminuída existência das condições de geração de violência.

Nesta análise, devemos destacar o Distrito Federal que tem um IDH médio de 0,824, elevando assim o IDH do cluster fazendo com que o mesmo se destaque entre os demais. O IDH do Distrito Federal é considerado o maior IDH do Brasil e tem essa característica por também ser o maior arrecadador tributário, pois sua renda média ganha destaque ao comparada com a renda média dos demais. Apesar de se destacar em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, o Distrito Federal deveria se sobressair bem mais já que sua arrecadação média por habitante é

de aproximadamente R\$3.144,32; isso significa que é quase 15 vezes maior que a maioria de seu cluster e mesmo assim apenas 0,1 a mais em seu IDH. Logo é possível perceber uma discrepância em relação a suas políticas públicas.

- **Cluster 5:** representado pelo estado de Santa Catarina. Possui o melhor IDH entre os demais os clusters, com o IDH médio de 0,774, algo bem relacionado a sua arrecadação média de R\$662,90 e que apresenta também os melhores índices de educação do país. Logo um cluster bem desenvolvido

No entanto, ainda é necessário uma melhor análise do governo em relação as políticas desenvolvidas para o aumento da renda que ainda não está de acordo com alto nível e arrecadação.

4 | CONCLUSÃO

O método utilizado para o desenvolvimento desse trabalho, confirma a correlação da carga tributária e do IDH, possibilitando assim uma leitura qualitativa desses dados, respeitando a proporção da população demográfica de cada estado, fazendo contraponto com a renda média da população do mesmo.

Esta relação é confirmada pelo fato de que o governo é o principal responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas que direcionam as verbas arrecadadas através de tributação para os setores mais necessários de acordo com as políticas públicas determinadas. Setores esses que são a educação, longevidade e renda, os fatores levados em consideração ao fazer o cálculo do IDH dos estados e financiados por essas arrecadações.

Os dados utilizados para a formação dos clusters, traz aos governos uma visão de como tratar com isonomia suas regiões que se encontram de forma equivalente, de acordo com a verificação dos dados qualitativos disponibilizados através da carga tributária. Essa correlação entre arrecadação e desenvolvimento humano é bastante importante para o processo de tomada de decisões da gestão pública, facilitando o entendimento de quais medidas de correção socioeconômicas precisam ser intensificadas e quais estão trazendo consequências desastrosas para o desenvolvimento regional se não forem corrigidas rapidamente.

Essa análise também é capaz de auxiliar discursões, através do embasamento técnico, sobre a destinação de outras verbas originadas a partir de outros recursos dos governos, podendo serem utilizados para desenvolver ações que auxiliem a melhoria da renda da população, melhorando assim as condições de saúde e educação da região, favorecendo o IDH regional. Porém cabe somente aos governos o estudo mais aprofundado de quais as melhores medidas desenvolvidas para a utilização real desses recursos e como eles podem auxiliar de fato a melhoria do desenvolvimento social e econômico.

A população também pode utilizar esse estudo para monitorar as ações desenvolvidas e seu impacto na região e na qualidade de vida da população, podendo assim cobrar de seus representantes a devida atenção em pontos específicos das políticas públicas necessárias para o seu desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação do programa institucional de iniciação científica da UEPB, pelo apoio do presente trabalho, PIVIC/UEPB

REFERENCIAS

1. Brasil, Constituição Federal de (1988)
2. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Institui o Código Tributário Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 27 out. 1966.
3. Neves S., J. A.; Oliveira, M. S. Análise de clusters obtidos com a relação carga tributária e IDH. In: VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011, Niterói - RJ. Anais do VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011.
4. Secretaria do tesouro nacional (BRASIL, Volume de arrecadação tributária no ano de 2008 por unidade da federação, 2018. Disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp.
5. Instituto brasileiro geografia e estatística – IBGE4 (BRASIL). Censo demográfico 2016, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>. Acesso em 08 novembro de 2018.
6. Programa das nações unidas no Brasil (PNUD1). Mapa mundi do IDH em 2016. www.pnud.org.br/rdh/destaques/index.php?lay=inst&id=dtq#d2006. Acesso em 17 novembro de 2018.
7. Programa das nações unidas no Brasil (PNUD3). Ranking do Brasil no IDH. Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em 19 de setembro de 2018.
8. Santos, J. A. N. ; Oliveira, M. S. . Análise de clusters obtidos com a relação carga tributária e IDH. In: In: VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011, Niterói - RJ. Anais do VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011.
9. Derlien, H-U. “Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas”. 2001, Revista do Serviço Público, número 52 (1) Edição 105-123, http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=806. Acesso em 15 abril de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363
Grupos vulneráveis 148, 149, 151
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259
Imigração na União Europeia 100
impacto socioambiental 215, 225
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70
Interseccionalidade 72, 79, 82

J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

L

Legislación 181, 183
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227
Licitações públicas sustentáveis 172, 176
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

N

Nutrição 147, 148, 347

P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**
Editora

2 0 2 0